

## Retrato do Artista quando Perscrutador Cultural

Rui Sousa

*Universidade de Lisboa*

### Resumo

Apesar das conhecidas ambiguidades inerentes à personalidade criadora de Fernando Pessoa, alguns tópicos significativos permaneceram ao longo de todo o seu percurso. Um desses aspectos é uma diversa mas constante necessidade de descrição do contraste entre a sua posição para com o conhecimento e a da grande maioria dos seus contemporâneos, em particular aqueles que criticam as suas propostas ou que não se encontram habilitados para as compreender. Neste artigo, partindo-se de um texto de 1932, aborda-se um dos contrastes fundamentais: o que opõe o artista que se apresenta como estando desconectado das metanarrativas predominantes a todos aqueles que poderiam considerar-se seus leitores mas que se encontram submetidos a determinadas barreiras ideológicas. Incapaz de alcançar a necessária atenção por parte do público leitor, Pessoa recusa desenvolver teses de natureza científica, optando por definir uma visão global da sua obra, vendo-a como uma plural conversão de investigações científicas em obras de arte.

**Palavras-chave:** Fernando Pessoa, Cultura, Ficção, Criação, Contraponto

### Abstract

Despite the well-known ambiguities inherent in Fernando Pessoa's creative personality, we can identify some significant topics that remain throughout his work. One of these aspects is a diverse but constant need to present and describe the contrast between his position in regard to knowledge and the perspectives of the vast majority of his contemporaries, in particular those he criticizes or who are not qualified to understand his proposals. In this paper, I analyse one of the fundamental contrasts, using a text from Pessoa from 1932. I will present some notes concerning the opposition between the artist disconnected from the predominant meta-narratives and those who could have



been potential readers if they were not hindered by some kind of ideological barrier. Unable to command the necessary attention from the reader regarding his potential scientific theses, Pessoa refuses to develop theses of a scientific nature and chooses instead to present a global vision of his work, seeing it as a plural form of conversion of scientific investigations into works of art.

**Keywords:** Fernando Pessoa, Culture, Fiction, Creation, Counterpoint



Num texto datado de cerca de 1932, intitulado “Nota”,<sup>1</sup> é descrita uma atitude de demarcação individual a partir da qual Pessoa, partindo do contraste entre diferentes formas de compreender a liberdade e o embate dos sujeitos autónomos com os respectivos contextos, aponta para uma forma específica de enquadramento para a produção literária que é, também, uma forma de definir o papel reservado à Literatura na discussão do problema da liberdade individual.

Começemos por atentar numa frase que deixa claras as afinidades que Pessoa estabelece entre a sua atitude e a de um conjunto relativamente restrito de personalidades particulares, as únicas capazes de compreender a sua disposição intelectual: “Seria, quando muito, apreciado por um ou outro indivíduo de índole semelhante à minha, raciocinador sem tradições nem ideais, analisador sem preconceitos, liberal porque liberto e não porque servo da ideia inaplicada da liberdade” (Pessoa, 2015: 168). Esta descrição aproxima-se de uma outra, que consta de um texto patente no espólio pessoano, no qual pode ler-se:

Um livre-pensador é um homem que não tem amor às suas opiniões. Ser livre-pensador e querer ter opiniões fixas é ser apenas estúpido.

Só pode ser livre-pensador quem não se importa com a autoridade, seja de quem fôr. Ora os chamados livres-pensadores são criaturas que, em vez de seguirem os padres, seguem os racionalistas. Por mudar de pastor, o rebanho não deixou de ser um rebanho. Não era o pastor que o fazia rebanho: era o facto de elle ser rebanho. (BNP/E3 92C-33)<sup>2</sup>

É evidente nesta passagem a demarcação de Pessoa relativamente ao tipo de livre-pensadores que, à luz da distinção proporcionada pelas diferentes leituras do termo “liberto”, poderiam designar-se como “liberais porque servos da ideia inaplicada da liberdade”, seguindo uma determinada autoridade, ou seja, “uma tradição” e um “preconceito”. Por outro lado, não ter amor às próprias opiniões, ou mais exatamente estar apto a compreender que a liberdade do pensamento não se coaduna com a cristalização das próprias ideias e com a sua conversão numa forma privada de

---

<sup>1</sup> Trata-se do documento cuja cota é BNP/E3 20-60<sup>o</sup> a 61<sup>v</sup>. Seguimos a lição de José Barreto, que aponta para essa data em *Sobre o Fascismo, a Ditadura Militar e Salazar* (pp. 167-171), aproximando o documento de BNP/E3 2-22, pertencente ao *Livro do Desassossego*, datado de 28 de novembro de 1932. O trecho foi publicado em *Páginas Íntimas e de Auto-Conhecimento* (pp. 74-79) e em *Escritos Automáticos, Autobiográficos e de Reflexão Pessoal* (pp. 187-191).

<sup>2</sup>Agradecemos a José Barreto a indicação deste documento.

autoridade, é uma variante das muitas interpretações do conceito de ‘homem superior’, largamente discutido por Pessoa, por exemplo a partir do sentido de ironia definido em função de Francisco Sanches e da sua insciência crítica.<sup>3</sup>

O termo “liberto”, ao qual Pessoa recorre para isolar com exatidão o seu próprio contexto intelectual, pode entender-se como mais uma das sínteses interpretativas com que procurou descrever a singularidade dos seus processos, sobretudo por via do contraste relativamente a doutrinas demasiado estreitas.<sup>4</sup> O sentido do termo “liberto”, conforme Pessoa o define, é bastante mais amplo do que qualquer doutrina política particular, estando mais próximo de um entendimento trans-histórico da noção de “livre-pensador”, conforme expresso nas obras de autores representados na sua biblioteca particular, como John M. Robertson e John Bury.<sup>5</sup> Na esteira desses autores, a proposta de Pessoa tende a apontar essencialmente para a valorização da atitude de certos indivíduos quando confrontados com contextos pouco propícios à livre expressão das próprias especulações, nomeadamente os momentos marcados por modelos ideológicos totalitários como os experienciados nos últimos anos da vida de Pessoa.

Pessoa associa ao termo “liberto” dois outros atributos, o de “raciocinador sem tradições nem ideais” e o de “analisador sem preconceitos”, que retoma o que afirmara no início do texto para justificar o seu desenquadramento relativamente a um público incapaz de aderir ao seu tipo de postura e de trabalho intelectual. O público, além de, entre outras coisas, “não ser capaz de seguir um raciocínio” e “não compreende[r] ideias complexas” – o que aponta para a sua menoridade intelectual – é também escravo de uma série de circunstâncias limitadoras, como o repúdio pela pesquisa independente dos limites do que possa entender-se por *verdade*. É um público permanentemente limitado por uma parcialidade absolutamente avessa à persistente preocupação de Pessoa com a liberdade do pensamento e, sobretudo, com a percepção de que as verdades humanas são aproximações limitadas a um conhecimento sempre inacessível.

Um público, do mesmo modo, esmagado pelo carácter acéfalo e grupal e que em vários textos, incluindo contributos contemporâneos como “O Caso Mental Português”, a fase do *Livro do Desassossego* associada a Bernardo Soares, alguns textos de análise do impacto da figura de Salazar ou

<sup>3</sup> Quanto a este assunto, cf. Sousa, 2017 e 2018.

<sup>4</sup> Cf. Barreto, 2007: 109-127 e 2011: 237-288.

<sup>5</sup> Remetemos para Barreto, 2007: 109-127 e 2008: 735-738.

mesmo as notas sobre a língua portuguesa, é visto como um sintoma de vulgaridade. O homem vulgar, segundo Pessoa, é, entre outras coisas, alguém incapaz de compreender a extensão da insciência intrínseca ao ser humano e, por isso mesmo, destinado a converter-se em presa fácil de um dos muitos dogmas destinados a constranger o individualismo, limitando o raio de acção propício aos “perscrutadores culturais”. Ao não conseguirem distanciar-se dos pressupostos com que conduzem o seu percurso, ditados pelos padrões estabelecidos pela tradição, por um lado, e pelas novidades introduzidas pela moda, por outro, os homens vulgares tendem a ver como ameaças potenciais os indivíduos dedicados a uma investigação cultural efetiva. Nesse sentido, pode concluir-se que, para Pessoa, os potenciais leitores das suas obras poderiam considerar-se tendencialmente paralisados, por contraste com o “analisador que busca, quanto em si cabe, descobrir a verdade” (Pessoa, 2015: 168). O contraste entre entendimentos de liberdade é também, e sobretudo, uma oposição entre formas de lidar com a cultura e com o seu potencial de fixação de “verdades”<sup>6</sup> – é a distância que separa os preconceituosos de todos os tipos do “perscrutador cultural” que se lhes superioriza.

O texto discute, em seguida, o tipo de intervenção que um indivíduo pode ter na sociedade, tendo em conta as especificidades do público com que se vai confrontando. Segundo a leitura proposta por Pessoa, é essencialmente em função do diálogo problemático com o público que o criador altera o alcance atribuído à própria obra, na medida em que uma reflexão que aspiraria eventualmente a ser “um estudo raciocinado, imparcial, cientificamente conduzido” não pode ser mais do que “uma obra de arte”, um ensaio literário tomando como pretexto assuntos essenciais,

---

<sup>6</sup> Quanto ao entendimento da cultura como um mecanismo de edificação e erosão de verdades, crucial na compreensão de todo o projecto intelectual pessoano, veja-se, por exemplo, a proposta de Onésimo Almeida. Ao intuir, primeiro, e confirmar, depois, a importância de Georges Sorel no desenvolvimento da ideia de mito subjacente ao conteúdo de *Mensagem* e de outros textos relacionados com o Sebastianismo e o Quinto Império, Onésimo considera que Pessoa desenvolveu uma concepção de mito muito singular, com amplo valor operativo, capaz de interferir na configuração do real a partir da transmissão de um conjunto de valores, parcialmente bebidos na tradição nacional, em torno dos quais a cultura adquiriria a sua forma. Esta proposta aponta, também, para a necessidade de se ver a cultura como um organismo dinâmico, também na medida em que os mitos essenciais deverão ser revisitados e, desse modo, reactualizados em função de novos problemas e sobretudo da análise apurada do que deixa de ser eficaz no seu conteúdo (Onésimo, 2014: 135-178). Como observa Roberto Rolandone, na sua recensão da obra, para uma leitura adequada da obra de Pessoa é essencial que se tenha em conta a estreita correlação entre as perspectivas pessoais a respeito do mito, da verdade, do papel do poeta na sociedade e dos impactos que a sua obra poderia ter na interpretação do passado colectivo e na construção de um ambiente mental adequado à construção de um futuro (Rolandone, 2014: 209-211).



desprovido de qualquer propósito interventivo com impacto no modo como se processa a construção das ideias coletivas (idem: 169).

A noção de “obra de arte” clarificada neste texto, sobretudo se pensarmos nas condicionantes que conduzem à descrição da sua atitude como própria de um pensador cultural com eventuais pretensões para a investigação aprofundada e mesmo para a intervenção social e política concreta que tem de dedicar-se exclusivamente à criação artística, permite a Pessoa expor um retrato exemplar da globalidade do seu percurso biográfico enquanto autor. A classificação de si próprio como um “poeta animado pela filosofia” (Pessoa, 2007: 30), desprovido do aprofundamento necessário para a apologia de uma corrente filosófica específica, assim como algumas considerações introduzidas em documentos de índole mais marcadamente política, como *O Interregno*, no qual se considera o único espírito com originalidade intelectual em Portugal, desde 1580, ou nos vários textos produzidos em torno da polémica defesa das associações secretas, nos quais defende a independência derivada do seu estatuto de poeta, encontram nesta imagem uma consolidação representativa.

De facto, Pessoa pode ser descrito, na globalidade, como alguém que foi convertendo progressivamente, no diálogo nem sempre favorável com alguns espíritos excepcionais do seu tempo, a totalidade das suas facetas intelectuais, e os respetivos estudos filosóficos, históricos, políticos ou sociológicos, num conjunto de “obras de arte” aptas a discutir complexamente os mais distintos domínios do conhecimento, em sintonia com as intenções de um “perscrutador cultural”.

A noção de obra de arte é, neste contexto, a forma de definir não um tipo específico de objeto artístico, mas uma determinada disposição do espírito para a independência epistemológica e um modo de dar a conhecer por escrito os resultados desse exercício. Os criadores pessoanos são, no essencial, idealizados como “agitadores de ideias”, ocupando um lugar rigorosamente definido na economia geral da sociedade: possuindo um interesse pela cultura e pela problematização dos grandes assuntos relacionados com a condição humana, curiosidade que os distingue à partida dos homens vulgares, estes indivíduos não devem, contudo, ser confundidos com os autores de “obras de investigação” (Pessoa, 2015: 169). Os pontos de vista dos genuínos perscrutadores culturais, dada a sua divergência demasiado radical relativamente aos vários sistemas de ideias fixados pela tradição, ficam no limbo das aparentes inutilidades sociais, não encontrando o público adequado para a discussão descomplexada e não mimética dos seus pontos de vista. É nesse aspeto, segundo Pessoa,



que o criador se distancia do filósofo: seguindo uma determinada tradição intelectual, ou procurando construí-la e impô-la aos demais, o filósofo pode ascender ao estatuto de “agitador de sentimentos”; o criador nunca consegue deixar a instabilidade questionadora do seu próprio cepticismo. A autonomia conduz, desse modo, ao carácter lúdico e permanentemente livre da criação literária.

Esta compreensão da obra é também, portanto, uma teoria da liberdade. Através dela, Pessoa ataca os modos pelos quais determinados leitores, em particular, e a crítica, em geral, poderiam receber os seus textos e através deles traçar um determinado perfil do seu autor. De acordo com este ponto de vista, os “investigadores”, sobretudo os “filósofos”, produzem as suas obras num circuito fechado, conivente com a sociedade vigente ou pelo menos concordante com as exigências desta, não atingindo o plano do literário precisamente na medida em que a sua dissidência não é perigosa: “Nenhum filósofo fez caminho senão porque serviu, em todo ou em parte, uma religião, uma política ou outro qualquer modo social do sentimento” (idem). A escolha que conduz à conversão dos esboços do que poderiam ser “obras de investigação” em “obras de arte” com diferentes formas, alcances, extensões e pontos de vista é da responsabilidade do próprio, tomada no momento em que compreende os contextos nos quais se movimenta, mesmo quando deslocada da relação de natureza política que é ensaiada nesta “Nota”.<sup>7</sup>

A consciência do carácter polémico do que afirma adensa-se quando, na “Nota” em apreço, Pessoa assume que, além de produzir “contos intelectuais” que substituem os “estudos científicos”, também propõe dedicar-se a “mostrar a parvoíce das ideias aceites, a vileza dos ideais nobres, a

---

<sup>7</sup> São várias as passagens em que Pessoa descreve o entendimento que tem do sentido amplo de “conto intelectual” como criação de teorias dando conta de perspectivas sobre o fenómeno humano nas suas distintas vertentes. Numa nota de 1915, o impulso para a criação de “vários nomes” equivalendo a “obras de varias especies” é descrito como um gesto simultaneamente artístico e social, adequado à expressão dos contrastes e oposições entre distintas correntes, que remetem diretamente para o ritmo das leis da Natureza, desconhecidas por todos mas que condicionam tanto o emergir como o percurso de todas as fixações da cultura, sujeitas ao percurso de dissolvência que substitui uma forma de obedecer a essas leis por outra (Pessoa, 2009: 296). Essa noção de que existem “princípios fundamentais” que orientam o percurso das sociedades sem que esteja ao alcance do conhecimento humano a possibilidade de os fixar numa teoria equivalente está também presente na “Nota” de 1932. Num outro apontamento, observa que os “contos” terão como “único enredo a exposição de um systema philosophico, cuidadosamente pensado”, entre as quais se enquadram supostos ensaios de sociologia literária como os publicados n’*A Águia*, em 1912. A cultura é manipulada de modo a que se possam construir teorias semelhantes às que são colocadas ao serviço do poder mas que não podem ser promovidas por nenhum sistema (idem: 281-282). Noutros fragmentos que Teresa Rita Lopes associa ao prefácio a “Ficções do Interlúdio”, estabelece-se também a relação entre um quadro intelectual que, apesar de individualmente percebido, é descrito como princípio supra-individual, ditado pelo rumo coletivo da História – “Negada a verdade, não temos com que entreter-nos senão a mentira” – e a lucidez criativa dos que disso se apercebem – “se uma hypothese metaphysica nos occorre, façamos com ella, não a mentira de um systema (onde possa ser verdade) mas a verdade de um poema ou de uma novela – verdade em saber que é mentira, e assim não mentir” (Pessoa *apud* Lopes, 1990: 114).

ilusão de tudo quanto a humanidade aceita ou pode aceitar, a mentira de tudo quanto o povo crê ou pode crer” (idem). O propósito é, desse modo, salientar os limites das doutrinas que suportam as instâncias governativas da sociedade. É dessas instâncias que decorre a noção de que o criador literário pode ser entendido como “dissolvente”, precisamente por não respeitar o princípio segundo o qual as teorias de um determinado autor devem aproximar-se tanto quanto possível da verdade daquele que veicula as suas ideias socialmente.

O criador literário pessoano é, como salientámos, um “liberto”, uma figura singular ao nível da consciência das limitações do saber humano e da necessidade de inquirir as fronteiras do que pode ser considerado *verdade*, sem que esse inquérito seja, contudo, uma expressão doutrinária ou a fixação definitiva das teses norteadoras de um percurso intelectual privado.

O vertiginoso alargamento do escopo proposto neste texto envolve as diversas etapas do percurso intelectual das comunidades humanas. Trata-se de um olhar crítico que remete não apenas para teorias já existentes, consideradas socialmente ultrapassadas ou ainda em vigor, mas para tudo quanto possa vir a ser produzido tendo em vista o mesmo princípio de fixação dogmática de pressupostos. Essa abrangência corresponde, em grande medida, à distinção proposta por Rui Bertrand Romão ao descrever o cepticismo específico de Francisco Sanches e da sua fórmula nuclear, o “Quid?”, que, a partir de 1581, passou a validar a sua interpretação geral do provisório:

achamos que se deve distinguir entre a habitual concepção teleológica do provisório, que não é céptica, e a concepção céptica do provisório, que o toma de um modo por assim dizer absoluto, ou seja, abstraído de qualquer implicação de um objectivo próprio ao seu cumprimento, em função do qual tem cabimento o acto provisório, cuja superação em sentido determinado se acha, assim, prevista à partida. (Romão, 2003: 35)

Romão identifica o ponto de vista sanchesiano com uma pulsão ditada pelo questionamento dos limites do saber humano, defendendo que “*o cepticismo sanchesiano é intrínseco e essencialmente unitário*”, derivando não de uma polémica circunscrita, mas de uma atitude “erística”, “um modo de argumentar e de debater, em que a instância polémica é valorizada por si mesma e em si mesma, independentemente da determinação específica dos objectos da polémica e dos adversários com que se contende (...), actuais ou potenciais” (idem: 39-40).



Na “Nota” que temos comentado, apesar de Pessoa estar parcialmente consciente dos interlocutores concretos ou potenciais e do contexto intelectual e político no qual o debate obrigatoriamente teria de se inserir, o da década de 30, a sua visão de “perscrutador” é também construída em função dessa “absolutização céptica do provisório”. A atitude simultaneamente lúdica e ridicularizadora assumida pelo sujeito relaciona-se, também, com o âmbito da pura discussão de ideias e da acumulação ininterrupta de novos exercícios especulativos, a partir de pontos de vista tornados equivalentes, o que permite rebater, universal e infinitamente, todas as ideias cristalizadas.

Tendo em conta o que começou por afirmar a respeito do público e da sua subserviência intelectual, é dessa adesão sistemática a modelos padronizadores virtualmente eternizados que emergem os desencontros entre a maioria e a divergência crítica dos “libertos”, encarados como “dissolventes” de uma ordem fictícia.

Em 1932, a atitude de “raciocinador minucioso analítico”, de “analizador que busca, quanto em si cabe, descobrir a verdade” e de indivíduo “imparcial quanto em mim cabe ser” é considerada absolutamente dissidente, retirando ao indivíduo qualquer missão de carácter social a não ser o da exclusiva dedicação ao mecanismo da sua criação literária: exprimir teorias possíveis e acentuar as lacunas comuns a todos os que convertem as suas perspectivas em absolutos universais. Manter-se à margem de todas as dissoluções permite ao indivíduo superior compreender o ritmo inerente às leis da Natureza e, desse modo, encarar a cultura exteriormente, do ponto de vista aristocrático que renuncia a todas as ordens sociais formatadas para igualar os fenómenos que ditaram o curso da História.

A atitude daqueles que na “Nota” de 1932 designa como “perscrutadores culturais” corresponde necessariamente a uma terceira via, que remete para o pensamento autónomo e coincide com uma certa interpretação do liberalismo<sup>8</sup>, propícia às diversas oposições possíveis entre pontos de

---

<sup>8</sup> Esta interpretação do liberalismo não anda longe das por vezes ambíguas interacções estabelecidas por Isaiah Berlin entre liberalismo e pluralismo. A este respeito, veja-se a discussão de Jason Ferrell, na qual se sintetizam as diferentes implicações de uma interpretação da experiência humana no mundo como uma plural constituição de interpretações às quais deve ser permitido que coexistam, desde que não agridam o plano dos mínimos comuns que definem a própria humanidade (Ferrell, 2009). A relação que Berlin estabelece entre a imaginação individual e o respeito exterior por sistemas distintos daqueles que produziríamos é clara, por exemplo, nesta passagem: “If I am a man or a woman with sufficient imagination (and this I do need), I can enter into a value system which is not my own, but which is nevertheless something I can conceive of men pursuing while remaining human, while remaining creatures with whom I can communicate, with whom I have some common values – for all human beings must have some common values or they cease to be human, and also some different values else they cease to differ, as in fact they do”. (Berlin, 2013: 14). Será



vista, desde que nenhum deles procure constranger os demais à sua mundividência particular. Não coincidindo com nenhum quadro de valores exclusivo e interpretável como “fundamental”, e recusando confundir-se com as expressões culturais que são dissolventes justamente por estarem de acordo com um programa estruturado que visa substituir o dominante, o indivíduo exige para si a possibilidade de pensar a riqueza plural da cultura livremente, sem ter de responder por nenhum código a não ser o da sua própria percepção e entendimento das circunstâncias humanas face ao desconhecimento.<sup>9</sup>

Pessoa desenvolve a sua demonstração a partir de contextos particulares nos quais, independentemente do que ocorre em termos sociais, um conjunto restrito de indivíduos tem a possibilidade de pensar a cultura e os seus alcances, fugindo à estagnação ou à decadência da intelectualidade. Os modelos positivos que este texto sugere – a “Antiga Monarquia francesa”, a “Renascença nas repúblicas italianas” e o “que abrange o tempo de Isabel e de Cromwell em Inglaterra” (Pessoa, 2015: 170) – permitem circunscrever uma sequência que abrange aquele que constitui, em termos europeus e nacionais, o momento de apogeu do livre-pensamento moderno, de acordo com a interpretação que o poeta dele foi fazendo: o que vai da Renascença italiana ao século XVII francês e anglo-saxónico. Embora a valorização desses momentos pareça corresponder à valorização geral da “produção intelectual”, e dos seus impactos na sociedade, Pessoa integra-se no escopo do núcleo norteador das suas conceções: a própria teoria de que a “produção intelectual” parece ter benefícios culturais significativos não pode constituir um dogma.

É a convicção forte de que não existe nenhuma verdade superlativa quanto ao que verdadeiramente conduz e determina os rumos das comunidades humanas que impede a recusa

---

também de acentuar que, conforme João Constâncio defende a respeito de Nietzsche e da sua singular interpretação da arte, também em Pessoa a criação artística, sobretudo se tomada num sentido lato, permite uma forma de superação do niilismo através da valorização dos potenciais da experiência do incerto e da conversão do confronto individual com a inexistência de verdades absolutas num mecanismo dinâmico de produção de novas perspectivas críticas, mais apuradas mas carecendo continuamente de novas reinterpretações (Constâncio, 2013, *passim*). Para uma perspectiva da evolução do liberalismo pessoano, e da sua conversão num certo “nacionalismo liberal”, cf. Barreto (2007; 2013).

<sup>9</sup>Esta perspectiva lembra a noção de “free play of mind” exposta por Matthew Arnold no seu livro *The Function of Criticism at the Present Time*: “It is noticeable that the word *curiosity*, which in other languages is used in a good sense, to mean, as a high and fine quality of man’s nature, just this disinterested love of a free play of the mind on all subjects, for its own sake, (...) But criticism, real criticism, is essentially the exercise of this very quality. It obeys an instinct prompting it to try to know the best that is known and thought in the world, irrespectively of practice, politics, and everything of the kind; and to value knowledge and thought as they approach this best, without the intrusion of any other considerations whatever” (Arnold, 1895: 35). Como demonstrado por Jorge Uribe (2014) e Nuno Amado (2020), Arnold foi uma das grandes influências no pensamento de Pessoa durante a década de 30.



absoluta de sentidos de interpretação muito distintos dos seus. Não sendo possível padronizar os acontecimentos, pois, como afirma Pessoa, “Encontraremos as mesmas causas dando diferentes efeitos, ou, melhor, encontraremos as mesmas circunstâncias com diferentes resultados” –, e não se conseguindo perceber qual o propósito que orienta o destino coletivo de uma sociedade, o plano do indivíduo é o único que subsiste e que deve procurar salvaguardar-se de todas as metafísicas, supostas ciências sociais, noções coletivas do que deve entender-se por felicidade, códigos morais como os que condenariam os que “de bom grado perderiam a mulher, desde que não percam a coleção de selos” (idem: 171).

A sociedade idealizada por Pessoa, a partir dessa compreensão da incerteza e da diversidade como constantes históricas mais proeminentes, é aquela que deveria garantir ao criador de “obras de arte”, no sentido abrangente e polémico descrito neste texto, a mesma liberdade e autonomia desse colecionador de selos, que não deve ser impedido de escolher as suas preferências e de manter em privado essas opções, seja qual for a ordem social vigente. O criador deve ter como garantia fundamental a abertura para manifestar livremente os seus pontos de vista, na medida em que dialoga com uma colectividade que já se emancipou, estando dissolvida no sentido de não aderir a nenhum sistema em particular ou não se deixando dissolver por qualquer outro que intente interferir diretamente com a transformação da sociedade.

Nos apontamentos daquele que terá constituído o último texto destinado a expor a sua controversa noção de livre-pensador, “O Nacionalismo Liberal”, escrito entre outubro e novembro de 1935, Pessoa atribui um sentido muito específico à noção de indivíduos dissolventes e ao modo como estes tendem a ser enquadrados no vocabulário da sociedade vigente. Nesses esboços, fica claro que o termo “dissolvente” é utilizado para designar movimentos com sentido intranacional ou extranacional entendidos como contrários aos verdadeiros interesses da nação, tendo em conta, sobretudo, o modo como constroem os indivíduos e os reduzem a etiquetas gregárias, como as de família, de classe ou de região, e a dogmas internacionais com sentido absoluto, como a finança internacional, o comunismo e o catolicismo. Essas estruturas procuram interpretar o que é singular no indivíduo em função da “estreiteza do seu dogma e a intolerância da sua acção”, chocando com a “liberdade do pensamento” e com a “liberdade de expressão dele” (idem: 362-363).



O húmus do qual emerge o perscrutador cultural, essa personalidade marcada pela dissonância, é o mesmo de que emana a oposição entre dois pares de conceitos, os de “Nação” e de “indivíduo” e os de “Estado” e de “cidadão”.

Ao fazer coincidir a “Nação” e o “indivíduo”, o poeta abre caminho para que o criador tenha de atentar na sua reação tanto às forças que o condicionam como às que colocam em causa o organismo nacional em que se encontra inserido, visando condicioná-lo a partir de dogmas ideológicos que interpretam a Humanidade como um todo abstracto. Por outro lado, ao recusar o “Estado” e o estatuto de “cidadão”, o criador associa-os às instâncias que constroem o que é específico da sua autonomia, como a família e a classe.

É nesse sentido que, em “Nacionalismo Liberal”, o indivíduo livre é essencialmente aquele que “tem o direito de pensar o que quiser, de exprimir o que pensa como quiser, e de pôr em prática o que pensa como quiser”, ao mesmo tempo que lhe é permitido o convívio aberto com outros sujeitos igualmente livres, alheios, portanto, aos mecanismos sociais de codificação da ideia de “liberdade” e de constrangimento ao livre curso das diferentes liberdades, colocadas abusivamente ao serviço da subsistência do conjunto.

Pessoa distingue os núcleos que determinam o indivíduo e o coletivo, identificando a liberdade como um valor adquirido exclusivamente por sujeitos particulares, dado que a sociedade ou a nação não possuem por si mesmas as faculdades, próprias de organismos vitais superiores, que garantem a inteligência e o exercício desta. Por outro lado, a segurança de que depende essa liberdade é algo que só a organização coletiva pode assegurar, garantindo, se devidamente desenvolvida, o ambiente adequado ao convívio entre diferentes pontos de vista, entre os quais os dos criadores que não se dedicam a defender qualquer sistema filosófico particular. É desta constatação, e tendo em conta que salienta que os indivíduos não devem ser considerados ameaças apenas por exporem as suas ideias autónomas, que se percebe o imperativo de uma Ordem que mantenha devidamente coordenadas as diferentes potencialidades da sociedade, relacionando de modo salutar os indivíduos que a constituem e a imagem que se quer transmitir do conjunto comunitário.

No entanto, o texto propõe uma série de vias ambíguas que permitem que os indivíduos actuem à margem do que pode ser tido como a Ordem social vigente. De acordo com o princípio de mútua colaboração entre os elementos autónomos da sociedade e o engrandecimento desta através



da acção genuína destes, sempre que o Estado excede os limites das atribuições administrativas que lhe cabem e interfere, limitando-os, nas “liberdades individuais” e no “legítimo prestígio que possa ter cada indivíduo”, é da responsabilidade dos indivíduos reagir à ameaça espelhada nesses excessos. A tirania, enquanto deformação do âmbito que respeita às nações, e o liberalismo, que constitui uma corrente de opinião seguida por indivíduos dotados de pensamento autónomo, opõem-se. Não pode ser considerado um ataque à Nação o tipo de manifestações que, podendo eventualmente colocá-la em causa, são apenas uma reacção à tirania, e que grosso modo correspondem ao que na “Nota” associara a fenómenos dissolventes, como a Revolução Francesa ao atacar a tirania do Antigo Regime.

O relativo anacronismo das propostas de Pessoa reside no facto de se colocar simultaneamente como um herdeiro de um período propício à liberdade de pensamento, que norteia o regime político complexo que idealizou, e como um reivindicador das prerrogativas liberais num tempo em que se dava novamente o confronto entre a liberdade individual plenamente consciente de si e uma série de poderes autoritários que promoviam doutrinas estreitas para subjugar esse potencial de crítica. Ao confrontar-se com o Estado Novo, representante do tipo de regime centralizador que segundo Pessoa continuava a deturpar a memória cultural portuguesa – e já em “O Interregno” assinalara constituir a primeira voz a falar livremente desde esse tempo –, o poeta serve-se de modelos provenientes de outros contextos para evidenciar em que medida eram mais avançados do que o espaço político seu contemporâneo.

Um dos exemplos maiores é o representado pela figura de Frederico Segundo da Prússia, a partir da qual Pessoa fornece uma das suas descrições do modo como se podem articular liberalismo e poder absoluto: “Se esse poder absoluto é exercido, como pode ser, com pleno respeito pela liberdade de opinião — como o exerceu na Prússia Frederico Segundo (...) essa ditadura será liberal, pois o liberalismo consiste na tolerância de todas as opiniões e da expressão delas” (idem: 182-183).<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> Como salienta José Barreto, Pessoa tinha em mente um “modelo completamente anacrónico”, remetendo tanto para o contexto específico de Frederico II da Prússia como para a intemporalidade de um ideal para o qual poderiam convergir uma série de ideias que nunca poderiam relacionar-se na prática: “uma ditadura que lhe desse o direito de ter opiniões contrárias ao governo, respeitasse a elite intelectual dando-lhe voz e peso político, reduzisse ao mínimo a intervenção do Estado na economia e na sociedade, se abstinhasse de intrometer-se em matérias reservadas ao espírito, mobilizasse a nação para um ideal nacional, contivesse a ameaça comunista e anarquista, neutralizasse as forças reaccionárias e tradicionalistas, se opusesse ao ascendente espiritual e sociopolítico que a Igreja Católica estava empenhada em reconquistar, etc.” (Barreto, 2015: 45). Num outro texto, Barreto concluíra também que a gradual evolução do percurso



No texto “Nacionalismo Liberal”, Pessoa propõe uma teoria sobre o tipo de indivíduos potencialmente aptos a constituir ameaças diretas à nação, sobrepondo os seus interesses aos do meio em que surgiram e foram educados. O modo como a questão é exposta conduz a uma subtil transição nos modos como se apresentam os desvios à Ordem estabelecida, derivados no essencial de diferentes formas de deturpação excessiva dos valores herdados.

Pessoa começa por descrever o tipo de indivíduos que variam do meio a partir das seguintes categorias: vítimas de uma doença física ou mental, que deixam de ser verdadeiros seres humanos para se aproximarem do patamar animal; criminosos espontâneos, que exercem a sua ação sem que existam causas específicas; e homens de génio, que se destacam por uma forma exclusiva de inteligência que não pode ser herdada.

Logo depois, porém, essas categorias reduzem-se a dois perfis, o dos inferiores, que procuram impor aos demais a supremacia acrítica da semelhança face aos antepassados, minando a autonomia individual dos genuínos indivíduos; e o dos que se desviam dele pela excentricidade, os loucos, criminosos e homens de génio.

Sendo esta última categoria retirada do conjunto, pela sua raridade, a agressão deliberada à sociedade ou à nação deriva portanto de duas direções: a que, noutros contextos, Pessoa remete para os homens vulgares – “tipos inferiores e animais do homem” que, desprovidos de opinião independente, se deixam conduzir por “pseudo-ideias ou pseudo-ideais que tenham um apelo directo à sua animalidade” – ou a pura degenerescência dos alienados mentais e dos criminosos (idem: 371-372).

A camada de “tipos inferiores”, embora considerada uma anormalidade, encontra em certos contextos uma predominância considerável. Neste caso, parece-nos coincidir com a adesão acrítica dos que concordam com o que é promovido pelo Estado totalitário e com os seus impulsos manipuladores, que impõem certas mundividências como valores absolutos, conduzindo, desse

---

de Pessoa relativamente ao Estado Novo deriva da ideia do que, no regime português, era inicialmente uma ditadura se convertera, à semelhança do modelo italiano, numa tirania (Barreto, 2013: 12-15). Em John M. Robertson, Pessoa poderá ter encontrado o modelo de líder político livre-pensador que associou a Frederico II da Prússia e que seria indispensável à gestação de um tal conceito. Robertson assinala nele o equilíbrio entre a promoção da tolerância pública por todo o tipo de manifestações religiosas, a recusa de qualquer atitude proselitista e a proximidade relativamente aos mais acesos deístas da época, como Voltaire, enaltecendo também a liberdade de expressão conjugada com a manutenção da ordem social com leis consideradas suficientes (Robertson, 1915, II: 312-315). A fórmula, que Robertson encontra em Kant para resumir a atitude do monarca livre-pensador é ilustrativa: “*Reason as you will; only obey!*” (idem: 337, sublinhados de Pessoa).



modo, a interpretações doentias do nacionalismo, da tradição e da hereditariedade, reduzidos à perpetuação dos mesmos princípios e estruturas. Quanto aos loucos e aos criminosos, a sua ação é independente de qualquer modelo político, na medida em que atuam em permanência numa marginalidade indiferente e inapropriável.

Resta equacionar qual o lugar dos homens de génio neste panorama, em particular tendo em conta que Pessoa dá a entender que ele é uma forma superior da inteligência e, portanto, da faculdade que permite ao indivíduo autonomizar-se.

Ao exprimir a ideia de que os verdadeiros desviantes são ou o grupo acéfalo que nunca se oporá massivamente ao regime, a não ser em função de um outro pseudo-ideal que é uma outra face da desintegração nacional, ou o tipo de degenerados e de criminosos que persistirá seja qual for o regime, e ao considerar os génios verdadeiras raridades, Pessoa confere-lhes uma dupla circunstância: por um lado, aquilo que produzem é uma expressão superior de uma individualidade que, por inerência, não coincide com qualquer movimento semelhante aos que promovem a desordem e se podem considerar, legitimamente, “dissolventes”; por outro, a expressão da sua inteligência será, muito provavelmente, ignorada pelos homens vulgares, como o são as criações dos “perscrutadores culturais”. Os seus resultados – ou, nos termos de 1932, as suas “obras de arte” – não podem, deste modo, ser vistas como um ataque direto à sociedade, mesmo se contribuírem para a propagação de ideias que poderão vir a actuar indiretamente em indivíduos que, embora não sejam génios, se encontrem dotados de inteligência.

O confronto entre estes pontos de vista e os que se desenvolvem em alguns trechos dedicados ao génio e à sua interação com a sociedade, posteriores a meados da década de 20, permitem algumas conclusões. Se o génio se manifesta por inerência como reacção, não deixa de possuir também uma consciência alargada que lhe permite colaborar com aquilo a que reage, infiltrando-se na sua própria estrutura em curso:

Os grandes génios, sendo maximamente indivíduos, são, por equilibrio necessario e organico, maximamente humanos, isto é, universalistas. Mas como são assim maximamente indivíduos e universalistas, isto é, duplamente opostos ao meio nacional, teem que ser – sentem-no por instincto – eu penso – deliberadamente – maximamente nacionais. (Pessoa, 2006: 65)



É nessa medida que os génios parecem despontar nos momentos em que mais amplamente parecem coincidir com os ideais do liberalismo enquanto resistência às contingências particularmente marcadas pela opressão. Parece existir uma coincidência histórica entre a produção dos génios e as circunstâncias em que estes são excepcionalmente necessários. Tal como os organismos que dependem do equilíbrio entre forças de integração e de desintegração para se gerarem e da capacidade de os seus órgãos superiores se coordenarem adequadamente, o génio é um órgão particularmente ativo da sociedade. Nessa medida, explica-se a sua ocorrência particularmente fértil e decisiva em “epochas de desintegração social”, não como um produto delas, o que o converteria numa expressão das forças que colocam em causa a sociedade, mas de acordo com uma “tendencia para resistir à desordem, que não póde ser accentuada senão quando se accentua a desordem a que resistir” (idem: 79).

Deve acentuar-se, a este respeito, a importância que Pessoa conferiu, desde muito cedo, a assuntos relacionados com o génio e a loucura, em particular, como concluíram Jerónimo Pizarro e Kenneth Krabbenhoft, ao nível da interacção entre as descobertas científicas da segunda metade do século XIX e do início do século XX e as suas pesquisas em torno da suposta decadência civilizacional europeia. Na diversidade de apontamentos e esboços dedicados ao assunto, Pessoa classifica o génio, respectivamente, como um efeito exacerbado da degenerescência da espécie humana e do ambiente experienciado, com agravamentos no momento finissecular, e como uma excepção face a algumas das causas dessa decadência, nomeadamente o influxo excessivo dos séculos de domínio do Cristianismo e a queda num certo primitivismo, reflectido na tendência para o gregarismo acéfalo criticado no texto de 1932 que temos comentado.

Como assinala Kenneth Krabbenhoft, a exploração, mesmo que por vezes deturpada, dos princípios da teoria da evolução por parte de nomes de referência para Pessoa, como Lombroso e Haeckel, conduz à noção de que a perpetuação de certos atavismos mentais derivados de momentos primitivos do desenvolvimento mental humano conduziria certas camadas da população moderna a uma depauperação das faculdades intelectuais. Com efeito, “A própria liberdade intelectual e espiritual do delinquente é mermada pela deformação atávica”, podendo neste sentido pensar-se, de acordo com as categorias de Pessoa, numa espécie de efeito de delinquência intelectual que conduziria o público ao qual se refere no contexto à memorização da sua autonomia do espírito e,



desse modo, à adopção de atavismos gregários típicos das sociedades primitivas nas quais a individualidade típica do génio ainda não despontara. A aproximação, ainda na esteira de Krabbenhoft, aponta para um outro aspecto relevante, implícito na categorização pessoal dos tipos humanos, como ocorre em várias passagens da sua obra, por exemplo num importante trecho do *Livro do Desassossego*, publicado no número 34 da *presença*, em 1932.<sup>11</sup> Referimo-nos ao modo como Pessoa pensa o problema da integração do ser humano no quadro global da Natureza a partir da distinção fundamental, não entre o Homem e os demais seres vivos, mas da distinção verdadeiramente decisiva entre graus de complexidade mental e entre os diferentes impactos dos diversos aprofundamentos dessa complexidade no modo como a interpretação das circunstâncias individuais e colectivas se processa ao nível do indivíduo. O isolamento a que está sujeito o homem de génio, forma hiperbolizada das faculdades humanas que tanto se encontra representada no patamar de sabedoria representado por Sócrates como no seu degrau superlativo, representado por Francisco Sanches e por Fernando Pessoa, é o isolamento derivado da compreensão de que, na ordem geral das coisas, o ser humano não difere particularmente dos outros seres a não ser pela consciência disso e, portanto, de que o representante comum da sociedade, menos complexamente afortunado, se deixou mergulhar num quadro mental atávico, em virtude do qual já não é um ser inteiramente humano e portanto não merece mais consideração do que um animal qualquer.

Embora no texto de 1932 não seja tão claro, como o é nos textos dedicados ao problema do génio e da loucura, que Pessoa considere a excepcionalidade dos *perscrutadores culturais* como resultado também de um certo tipo de manifestação de loucura, de sentido inverso ao manifestado nesse atavismo alienante, penso que se podem extrair algumas conclusões relevantes do facto de, em Pessoa, como Jerónimo Pizarro salientou confrontando Pessoa com Philippe Brenot, o génio tender a ser um misto de excepcionalidade intelectual e de transtornos ciclotímicos (Pizarro, 2012: 57). Se pensarmos, como Pessoa também esclarece, que as grandes individualidades derivam de determinados efeitos de ampliação das faculdades humanas normais, permitindo o acesso a uma compreensão mais abrangente da falência comum a todos os seres, a oposição ensaiada neste texto parte do contraponto entre duas manifestações específicas da loucura: a loucura dos indivíduos de génio e a loucura dos indivíduos atávicos. Os primeiros parecem evoluir em função da experiência

---

<sup>11</sup> Cf. Sousa, 2017.



particular de anomalias, sobretudo em termos mentais, que diferenciam a sua capacidade mental e a conduzem a uma marginalidade natural, que depois encontra repercussão tanto no modo como interpretam os pontos de vista alheios como no modo como as suas considerações são recebidas e tidas, como ocorreu por exemplo no momento do *Orpheu*, como sintomas de uma degeneração contrária aos valores estabelecidos. Esta loucura distintiva não impede, contudo, que a sociedade, na medida em que é constituída por um conjunto de sujeitos desprovidos de qualquer controlo das suas próprias faculdades, seja palco de um outro tipo de loucos, os atávicos incapazes de reconhecer tudo quanto não lhes tenha sido fornecido por essa manifestação suprema da loucura que são as utopias humanas consagradas em diferentes códigos culturais supostamente definitivos, mesmo quando encontram reacções à sua estabilidade aparente.<sup>12</sup>

Assim, em Pessoa, a criação artística encontra-se ao serviço de dois movimentos fundamentais, conforme expressivamente expostos pelo próprio na “Nota” de 1932, que serviu de ponto de partida a este texto: por um lado, as suas obras são, também, mecanismos apropriados para a transmissão de pontos de vista de diferentes alcances e com diferentes substratos, compondo, em cada contributo e, sobretudo, numa abordagem completa aos diferentes veios da obra, uma interpretação desejavelmente liberta de acidentes implicados na evolução da cultura, com diferentes escalas de grandeza e de transversalidade; por outro lado, essas obras, e os pontos de vista veiculados, contribuem para uma polémica descrição das limitações alheias e, pressupõe-se, para a valorização dos únicos genuínos contributos do ser humano para uma mais ampla experiência do enigma imanente da existência. Dado que todos os seres, incluindo os seres humanos nas diversas escalas da sua capacidade intelectual, se encontram sujeitos a leis que desconhecem, correspondendo os seus esforços a verdadeiros tiros no escuro do conhecimento, as manifestações desse quadro podem conhecer duas formas, igualmente incapazes de ser mais do que aproximações, mas radicalmente distintas: o aprofundamento exacerbado das faculdades mentais, conduzindo a graus diversos de inquietude irónica e á conformação desse cepticismo crítico em produtos literários alimentados pelo

---

<sup>12</sup> A síntese de Philippe Brenot, que convoca outros tópicos caros ao debate em torno de Pessoa, como a suposta fuga à vida comum, é exemplar: “Il relève cependant deux constantes de ces êtres d’exception, l’indépendance et le retrait du monde, que nécessite l’acte de la création; mais aussi la marginalité et l’insoumission qui reflètent la rupture avec les contemporains. Le créateur est un être profondément asocial, en marge des conventions, ce qui le fera souvent traiter de fou, tant la folie rejoint ici l’insoumission. Enfin, dans cette dérive de l’ordre social, le créateur s’impose souvent une ascèse quasi monacale ou des extases artificielles qui l’isolent encore de la vie.” (Brenot, 2007: 55).



confronto com as diversas manifestações da civilização humana; e, num gritante contraste, a abdicação absoluta da capacidade de autonomia do pensamento, outra forma de degeneração do patamar normal humano, aquele que, parece-nos, fica reservado aos que reconhecem a necessidade do exercício da inteligência individual, mas não conseguem distanciar-se das suas verdades efémeras, reconhecendo-as como provisórias.

## Referências

- ALMEIDA, Onésimo (2014) *Pessoa, Portugal e o Futuro*, Lisboa, Gradiva.
- AMADO, Nuno (2020) *Os Anos da Vida de Ricardo Reis (1887-1936)*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- ARNOLD, Matthew (1895) *The Function of Criticism at the Present Time*, New York, London, Macmillan and Company.
- BARRETO, José (2007) “Fernando Pessoa racionalista, livre-pensador e individualista: a influência liberal inglesa”, in Jerónimo Pizarro e Steffen Dix (eds.), *A Arca de Pessoa: Novos Ensaios*, Lisboa, ICS, 109-127.
- (2008) “Robertson, J. M.”, *Dicionário de Fernando Pessoa e do Modernismo Português*, in Fernando Cabral Martins (coord.), Lisboa, Caminho, 735-737.
- (2011) “A História do Artigo ‘Associações Secretas’”, in Fernando Pessoa, *Associações Secretas e Outros Escritos*, ed. José Barreto, Lisboa, Ática, 239-288.
- (2015) “Apresentação”, in Fernando Pessoa, *Sobre o Fascismo, a Ditadura Militar e Salazar*, ed. José Barreto, Lisboa, Tinta-da-China, 7-47.
- BERLIN, Isaiah (2013) *The Power of Ideas*, Princeton, Princeton University Press.
- BRENOT, Philippe (1997) *La Génie et la Folie*, Paris, Odile Jacob.
- CONSTÂNCIO, João (2013) *Arte e Nihilismo: Nietzsche e o Enigma do Mundo*, Lisboa, Tinta-da-China.
- FERRELL, Jason (2009) “Isaiah Berlin: Liberalism and pluralism in theory and practice”, *Contemporary Political Theory*, 8, 3: 295–316.
- KRABBENHOFT, Kenneth (2007) “Fernando Pessoa e as Doenças do Fim de Século”, in Jerónimo Pizarro e Steffen Dix (eds.), *A Arca de Pessoa: Novos Ensaios*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 47-58.
- LOPES, Teresa Rita (1990) *Pessoa por Conhecer*, II, Lisboa, Estampa.
- PESSOA, Fernando (2006) *Escritos sobre Génio e Loucura*, ed. Jerónimo Pizarro, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- (2007) *Prosa Íntima e de Autoconhecimento*, ed. Richard Zenith, Lisboa, Assírio & Alvim.
- (2009) *Sensacionismo e Outros Ismos*, ed. Jerónimo Pizarro, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- (2015) *Sobre o Fascismo, a Ditadura Militar e Salazar*, ed. José Barreto, Lisboa, Tinta-da-China.
- Pizarro, Jerónimo (2012) *Pessoa Existe?*, Lisboa, Ática.

- ROBERTSON, John Mackinnon (1915) *A Short History of Freebought: ancient and modern*, 2 vol., 3rd edition revised and expanded, London, Watts and Co. (Biblioteca Particular de Fernando Pessoa; CFP 1-130)
- ROLANDONE, Roberto (2014) “[Recensão a:] Almeida, Onésimo Teotónio (2014). *Pessoa, Portugal e o Futuro*”, *Pessoa Plural - A Journal of Fernando Pessoa Studies*, 5: 209-211.
- ROMÃO, Rui Bertrand (2003) *Quid? Estudos sobre Francisco Sanches*, Porto, Campo das Letras.
- SOUSA, Rui (2017) “A Ironia Sanchesiana e o Homem Superior Pessoaano”, in *Congresso Internacional Fernando Pessoa 2017*, Lisboa, Casa Fernando Pessoa, 372-392, disponível em [http://casafernandopessoa.cmlisboa.pt/fileadmin/CASA\\_FERNANDO\\_PESSOA/CFP\\_ACTAS\\_2017.pdf](http://casafernandopessoa.cmlisboa.pt/fileadmin/CASA_FERNANDO_PESSOA/CFP_ACTAS_2017.pdf) (consultado em Setembro de 2020).
- (2018) “Notas sobre a Construção do Autor em Francisco Sanches (com Fernando Pessoa ao Fundo)”, in *Novos Estudos Pessoaanos. Ponto de Situação*, Lisboa, Casa Fernando Pessoa, 124-138, disponível em <https://www.casafernandopessoa.pt/pt/cfp/noticias-publicacoes/novosestudos-pessoanos-actas-2018-para-consulta?eID=> (consultado em Setembro de 2020).
- URIBE, Jorge (2014) *Um Drama da Crítica: Oscar Wilde, Walter Pater e Matthew Arnold, lidos por Fernando Pessoa*, dissertação de doutoramento em Estudos da Literatura e da Cultura (Teoria da Literatura), Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, disponível em <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/11341> (consultado em Setembro de 2020).

**Rui Sousa** é doutorado em Estudos de Literatura e de Cultura pela FLUL, com uma tese dedicada ao conceito de Libertino em Luiz Pacheco, e investigador do CLEPUL. Publicou ensaios sobre Fernando Pessoa, Ronald de Carvalho e Eduardo Guimaraens na antologia *1915 – O Ano do Orpheu*, coordenada por Steffen Dix, e colaborou em números recentes da *Pessoa Plural*, em eventos organizados pelo Projecto Estranhar Pessoa e da Casa Fernando Pessoa. Autor de *A Presença do Abjecto no Surrealismo Português* (2016).

